

O TRABALHO COMO PROCESSO HISTÓRICO-SOCIAL: apontamentos sobre sua centralidade ontológica

WORK AS A HISTORICAL-SOCIAL PROCESS: notes on its ontological centrality

MARCIO DE SOUZA

Faculdade Unyleya/PUC-Rio/UNESA

Resumo: Este artigo objetiva realizar uma reflexão acerca dos fundamentos teóricos e históricos sobre a centralidade ontológica da categoria trabalho. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em busca de um breve aprofundamento sobre o tema, pela necessidade de revisão de alguns conceitos, como trabalho, teleologia, práxis social e processo de trabalho. As reflexões teóricas constataam que o desenvolvimento e a diferenciação gradativa do ser social têm sua gênese no próprio trabalho. Isto é, o trabalho é a categoria geradora na gênese e no desenvolvimento do ser social, atividade própria do ser humano, que propicia a sua autocriação e, por isso, oportuniza sua reprodução ampliada.

Palavras-chave: Trabalho; Teleologia; Práxis Social; Processo de trabalho.

Abstract: This article aims to reflect on the theoretical and historical foundations on the ontological centrality of the work category. The methodology used was bibliographical research in search of a brief deepening of the theme, due to the need to review some concepts, such as work, teleology, social praxis and work process. Theoretical reflections confirm that the development and gradual differentiation of the social being have their genesis in the work itself. That is, work is the generating category in the genesis and development of the social being, an activity typical of human beings, which promotes their self-creation and, therefore, provides opportunities for their expanded reproduction.

Keywords: Work; Teleology; Social Praxis; Work process.

De Souza, Marcio. O TRABALHO COMO PROCESSO HISTÓRICO-SOCIAL: apontamentos sobre sua centralidade ontológica. *Educação Sem Distância*, Rio de Janeiro, n.7, jan/jun. 2023.

1 Introdução

As reflexões em torno do trabalho têm sido objeto de estudo por parte de importantes autores de distintas áreas do conhecimento, que dentre diferentes concepções tem envolvido a busca pelo significado do trabalho no processo de constituição do ser social.

Partindo desse pressuposto, para Lukács (2013), o trabalho se revela como o veículo para a autocriação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um

produto do desenvolvimento natural. E acrescenta que “Com a sua autorrealização, que também envolve, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social (LUKÁCS, 2013, p. 82).

O estudo ora apresentado se baseou em pesquisar autores que possuem propriedade no assunto como Lukács (1978 e 2013), Marx (2002 e 2015), Antunes (1999) e outros.

Assim, o presente trabalho num primeiro momento, busca refletir sobre a centralidade ontológica da categoria trabalho, ou seja, o trabalho como categoria fundante do ser social, para em seguida, tecer considerações sobre a função do trabalho na constituição do ser social.

2 A CATEGORIA TRABALHO E SEU LEGADO ONTOLÓGICO

No sentido ontológico¹, o trabalho, de acordo com Marx (2002) refere-se ao “[...] dispêndio de força humana para um determinado fim”, uma vez tratar-se do processo de efetivação humana no mundo material concreto, em orgânica inter-relação entre homem e natureza². Ou seja, um processo em que o homem, por meio de sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza para satisfazer seus interesses e suas necessidades imediatas. É, portanto, através do trabalho que o homem, nas palavras de Marx (2002):

[...] põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2002, p. 211).

Neste sentido, o trabalho caracteriza-se pelo processo no qual é afirmada a ação humana sobre o mundo, na medida em que a relação entre o homem e a natureza

¹ A palavra *ontologia* diz respeito à ciência ou tratado que estuda o ser humano (do grego = *ón, óntos* = ser; mais *lógos* = tratado; estudo).

² Segundo Netto; Braz (2009) por natureza entende-se “[...] o conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuaram a existir e a se desenvolver depois desse surgimento. Ela se compõe de seres que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da propriedade de se reproduzir (a natureza *inorgânica*) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza *orgânica*)” E acrescentam que isto não significa a existência de uma “dupla natureza”, pois de fato, “[...] a natureza é uma *unidade*, articulando seus diferentes níveis numa totalidade complexa” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 35).

possibilita ao homem, ao mesmo tempo em que transforma a natureza para satisfazer suas necessidades imediatas, que ele também transforme a si mesmo enquanto sujeito³. Sobre isso Lara (2010) acrescenta que no processo de apropriação da natureza, o homem começa a produzir os seus meios de vida e a si mesmo, pois “[...] ao objetivar-se pelo trabalho ele não só supre suas carências imediatas como também cria novas carências, que vão se complexificando ao longo da história da humanidade” (LARA, 2010, p. 19).

O homem, segundo Marx (2015), nada pode criar sem a natureza, “sem o mundo exterior sensível”, pois a natureza é o material no qual o seu trabalho se realiza, no qual este é ativo e a partir do qual e através do qual ele produz. Porém, por um lado, a natureza fornece o meio de vida do trabalho, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerce. Por outro, ela também fornece o meio de vida que o homem necessita para a sua subsistência. Em outras palavras, o trabalho envolve interesses que se constituem em necessidades dos sentidos, pois implica em uma dependência relacional imediata e necessária entre o homem e a natureza, já que é nesta relação que o homem afirma o seu ser e o seu saber, bem como assegura manter-se enquanto animal, pois precisa da natureza para manter-se vivo.

Não obstante, a atividade de produzir, que inicialmente surge para o homem como uma forma de manter sua existência, ganha um papel muito mais importante no decorrer da história humana. Essa atividade, isto é, o trabalho torna-se uma atividade vital para o ser social⁴, pois nele está contido o caráter social do homem que, diferentemente do animal, faz do trabalho objeto da sua vontade e da sua consciência, na condição de ser genérico. De acordo com Marx (2015), a condição de ser genérico do homem é dada à medida que ele faz da espécie, não apenas da humana como das demais, um objeto seu, assim como à medida que se relaciona consigo mesmo como sendo a espécie viva e presente, como sendo um ser universal e, por causa disto, livre. Entretanto, é por meio da elaboração do mundo objetivo que o homem se prova realmente como ser genérico.

³ De acordo com Lukács, “[...] não temos como obter um conhecimento direto e preciso dessa transformação do ser orgânico em ser social. O máximo que se pode alcançar é um conhecimento *post festum*, aplicando o método marxiano, segundo o qual a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconhecido – intelectualmente – a partir do estágio superior, de sua direção de desenvolvimento, das tendências de seu desenvolvimento” (LUKÁCS, 2013, p. 42-43).

⁴ Entendido aqui como um ser real, concreto, histórico e dialeticamente constituído na vida, em contraposição a proposta idealista. No que lhe concerne, vive e se objetiva na vida cotidiana e, na atualidade, numa sociedade dividida pela relação de classe, pelas relações sociais capitalistas e pela exploração “do homem pelo próprio homem”, estando diretamente, intrínseca e extrinsecamente, vinculado à dicotomia capital *versus* trabalho.

Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela, a natureza aparece como obra sua e sua realidade. O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem, na medida em que ele se duplica não só intelectualmente, como na consciência, mas também operativamente [...], realmente, e contempla-se por isso num mundo criado por ele (MARX, 2015, p. 313).

Assim, a vida produtiva é a vida genérica, é a vida que engendra vida, onde o homem torna real aquilo que até então só existia em sua consciência, novas habilidades são adquiridas, novos conhecimentos são descobertos e novas necessidades surgem. Logo, o trabalho transforma o indivíduo e a natureza. Ou seja, a partir do trabalho o homem ganha consciência de si e do meio de forma universal. Por meio do trabalho sua consciência é transformada, assim como ocorre com a natureza, e dessa forma ele adquire seu caráter genérico, ou social. De acordo com Lukács (2013), a “[...] essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade” (LUKÁCS, 2013, p. 43). Para o citado autor:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia [...], mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Desse modo, “[...] a atividade do ente natural homem sobre a base do ser inorgânico e o orgânico dele originado faz surgir um estágio específico do ser, mais complicado e mais complexo, precisamente o ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 62).

É claro que o homem não é o único a manter uma relação de dependência com a natureza, algumas relações semelhantes são também indispensáveis aos animais⁵. Entretanto, somente o homem se relaciona com a natureza de uma forma única, como nenhum animal consegue se relacionar. Falta, ao animal, um elemento determinante para o trabalho, a consciência. O animal busca apenas suprir suas necessidades imediatas,

⁵ Assinalando qual é essencialmente a diferença entre a produção animal e a atividade produtiva humana, Marx (2015), afirma: “Decerto, o animal também produz. Constrói para-si um ninho, habitações, como as abelhas, castores, formigas, etc. Contudo, produz apenas o que necessita imediatamente para-si ou para a sua cria; produz apenas sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade da mesma; produz-se apenas a si próprio, enquanto o homem reproduz a natureza toda; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem confronta livremente o seu produto” (MARX, 2015, p. 312-313).

enquanto o homem produz além do que necessita. Ou seja, o homem é o único capaz de realizar trabalho. É neste sentido que Marx (2002) pressupõe que o trabalho pertence exclusivamente ao homem:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador (MARX, 2002, p. 211-212).

Em vista disso, a objetivação ou exteriorização da atividade do homem constitui-se em traço ontológico da atividade do trabalho humano genérico. Pois o trabalho como atividade previamente idealizada e dirigida pela consciência é produto exclusivo do homem. Nesta direção, o trabalho realizado pelo homem tem uma relação entre o fazer e o pensar, ou ainda, como o próprio “fazer pensado” no processo sócio-histórico. Ou seja, o homem, “[...] não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (MARX, 2002, p. 212).

Cabe assinalar, ainda, que o ato de exteriorização da vida pelo trabalho jamais é algo concluído em si mesmo, uma vez que é um contínuo processo de superações, já que o processo de trabalho exige novos avanços. Em conformidade com Lara (2010):

O homem que o executa ao dar respostas para determinada situação cria necessariamente novas perguntas, que nunca serão respondidas definitivamente. Se acreditarmos que as respostas dadas pelo homem, por meio do processo de trabalho, fossem acabadas em si mesmas estaríamos negando a capacidade teleológica do homem de negar a condição dada, e pré-idealizar uma nova forma de produção e reprodução social (LARA, 2010, p. 19).

É neste prisma que a constituição do homem como um ser que busca dar respostas às suas perguntas, tendo como finalidade suprir suas necessidades, é condicionado por suas características corporais e a principal é a capacidade *teleológica*, isto é, o *pôr teleológico*, enquanto momento exclusivo em que o homem, na sua relação com a natureza, já tem construído idealmente o que pretende tornar concreto. Momento este, da prévia ideação, com um fim direcionado resultando num produto final, que ele já havia idealizado antes de tornar concreto. Nas palavras de Sabino (s.d.) esta prévia ideação:

[...] é a construção na consciência do provável resultado que uma ação terá, ou seja, consiste em antecipar no pensamento o produto de uma ação que ainda irá ocorrer, imaginando o provável resultado. Porém, é importante entender que a prévia ideação surge em decorrência de uma necessidade concreta, e se constitui enquanto resposta a tal necessidade. Esta prévia ideação precisa ser objetivada. Urge sair da esfera privada do pensamento para ser exteriorizada no real, pois se ficar apenas na esfera da consciência não passa de uma simples ideia, contudo, ao se objetivar, sai da esfera idealizada para compor a esfera da objetividade que pertence à realidade concreta e exterior à consciência do indivíduo (SABINO, s.d., p. 138).

No entanto, antes de colocar em ação qualquer etapa do trabalho, o homem, anteriormente, projeta em seu pensamento aquilo que deseja produzir, estabelece a maneira mais adequada de execução do objeto desejado, além de efetuar a escolha do material mais adequado para esse fim. Cabe afirmar, assim, que o trabalho não acontece sem que antes ocorra a prévia concepção das etapas, do material, e das ferramentas necessárias para que ele possa ser executado. Para Santos (2009), todas essas etapas compõem o momento da prévia ideação que antecede o ato real e concreto do trabalho, posto que, nenhum processo produtivo pode prescindir do conhecimento objetivo do sistema causal dos objetos.

Para Lukács (2013):

[...] enquanto a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-à-consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, como ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico (LUKÁCS, 2013, p. 48).

Por meio desse processo, entende-se que, devido a uma necessidade real, ou melhor, para suprir suas necessidades imediatas, o homem desenvolve uma prévia ideação que, quando objetivada vai transformar a natureza e a si próprio. Contudo, o processo do *pôr teleológico* é influenciado pelas condições de existência, ou seja, toda forma de dar vida à idealização do homem depende, em primeira instância, das condições materiais postas por determinada época histórica.

Assim, o *pôr*, nesse caso, tem um caráter irrevogavelmente ontológico. Pois o momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, *mas pelo papel da consciência*, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto. Para Marx (2002) o produto é um resultado que no início do processo existia já na representação do trabalhador, isto é, de modo ideal. Conceber a natureza e a história de modo teleológico implica não somente que ambas “[...] possuem um caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua existência, seu movimento, no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente” (LUKÁCS, 2013, p. 48).

Em outras palavras, o trabalho passa a ser entendido como a unidade entre o *pôr* efetivo de uma determinada objetividade e a atividade ideal prévia diretamente regida e mediada por uma finalidade específica. Se a atividade humana tem a característica de colocar em andamento uma atividade antes inexistente, o resultado final do trabalho é, portanto, uma “causalidade posta”. Em linhas gerais, isso significa que se trata de uma causalidade que foi posta em movimento pela mediação de um fim humanamente idealizado e conformado.

Sendo assim, sob a forma de uma determinação reflexiva, a causalidade posta e o *pôr teleológico* compõem o fundamento ontológico que demonstra o caráter dinâmico de complexos inerentes ao homem e somente a ele. Como somente o trabalho humano consciente pode realizar um novo começo e dar início a um novo processo de nexos causais, é verdadeiro também que a teleologia é uma categoria existente somente no âmbito do ser social e humano (SANTOS, 2009).

Nessa concepção, o trabalho apresenta-se como categoria exclusivamente social, em que a posição teleológica se realiza no âmbito do ser social, como surgimento de uma nova objetividade. Ou seja, a forma de existir do trabalho tem uma intrínseca relação entre consciência e ato, que vai se configurar em um único momento, o de *pensar e transformar*, como um complexo único formado por dois momentos – ideal e real, ou melhor, são dois momentos diferentes de uma mesma coisa. Entretanto, “[...] a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente [...] e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até inconcebíveis” (LUKÁCS, 2013, p. 63).

O trabalho, desse modo, ganha vida por meio do *pôr teleológico*, constituído por dimensões primárias e secundárias. E é a partir destas dimensões que o trabalho se

constitui pelo processo que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo social. Contudo, o homem “[...] é um ser concreto e histórico, que realiza uma série de relações ativas e conscientes com a natureza e com os outros homens” (LARA, 2010, p. 21).

O trabalho, ao ser tomado em sua especificidade de produto da consciência (porém, produto social pré-idealizado), deve também ser considerado enquanto elemento fundante da sociabilidade humana. É desse modo que o trabalho passa a ser

[...] o ponto basilar do desenvolvimento da complexificação entre o pólo do gênero (o indivíduo enquanto gênero) e o da individualidade (o gênero posto singularmente, mas de forma sociabilizada). Partindo dessa perspectiva fica sustentado que o entrelaçamento entre indivíduo e sociedade obedece a uma determinação que perpassa estas duas esferas. Tal determinação somente ganha força através do desenvolvimento do universo do indivíduo dentro de seu ambiente social, onde a humanização ocorre devido ao processo iniciado pelo trabalho. É no contexto teleológico que o trabalho expressa a humanidade em sua integralidade, ou seja, no seu aspecto espiritual, consciente, corpóreo ou objetivo, o ato laborativo só pode ser posto em movimento, fundamentalmente, por posições que buscam finalidades (SANTOS, 2009, p. 95).

É desse modo que, para apresentar a diferença entre o trabalho e o conjunto muito amplo da *práxis social* (que não operam a transformação material da natureza), Lukács (2013), denominou o primeiro de posições teleológicas *primárias* e o segundo de posições teleológicas *secundárias*.

Na esfera das posições teleológicas *primárias* o conjunto de finalidades buscadas tem condições mais próximas de apreensão universal das consequências possíveis, levando à redução do número genérico de alternativas a serem escolhidas. De acordo com Lukács (1978), o homem deixa a condição de “[...] ser natural para tornar-se pessoa humana, transformar-se de espécie animal que alcançou certo grau de desenvolvimento relativamente elevado em gênero humano, em humanidade [...]” (LUKÁCS, 1978, p. 13) Isto só foi possível por ser a esfera de relação entre homem e natureza, um complexo ainda rudimentar pertencente ao espaço resumido da ação decisória.

Já a esfera das posições teleológicas *secundárias* trata-se de um processo elevado, em que o homem desenvolve “capacidade de trabalho” que tem como finalidade “a consciência de outros homens”, qual seja, trabalhar sobre as “condutas e relações humanas”. O desenvolvimento da posição teleológica secundária, portanto “[...] visa atuar teleologicamente sobre outros seres sociais [...]” (ANTUNES, 1999, p. 139). Assim, essas

posições não têm mais como objetivo a atividade que privilegia a natureza como objeto. Seu objetivo, agora, é levar outros homens a desempenhar funções específicas. Emerge aqui o que Antunes (1999) denominou de *práxis social interativa*, cujo objetivo “[...] é convencer outros seres sociais a realizar determinado ato teleológico [...]”, configurando-se como “[...] expressões mais desenvolvidas e crescentemente complexificadas da práxis social, guardando por isso maior distanciamento em relação ao trabalho, às posições teleológicas primárias” (ANTUNES, 1999, p. 139).

Para Santos (2009), a diferença entre as duas posições teleológicas, no entanto, é o objeto sobre o qual exercem suas respectivas ações. As posições teleológicas *primárias* atuam de forma imediata sobre um dado objeto ou elemento natural, enquanto as *secundárias* têm como objetivo a consciência de outros homens, ou seja, têm como finalidade levar outros homens a assumir determinadas posições teleológicas concretas.

Essas duas posições, na reflexão de Lukács (2013), implicam, simultaneamente, o surgimento da apreensão conceitual dos fenômenos da realidade e sua expressão adequada por meio da linguagem. Em suas palavras:

Para entender corretamente, no plano ontológico, a gênese dessas interações complicadíssimas e intrincadíssimas, tanto no momento da gênese quanto no seu ulterior desenvolvimento, devemos ter presente antes de tudo que, sempre que tenha a ver com autênticas transformações do ser [...] palavras e conceito, linguagem e pensamento são elementos vinculados do complexo chamado ser social, o que significa que só podem ser compreendidos na sua verdadeira essência relacionados com análise ontológica dele por meio do conhecimento das funções reais que eles exercem dentro desse complexo (LUKÁCS, 2013, p.84-85).

E acrescenta:

É claro que em cada sistema de inter-relações dentro de um complexo de ser, como também em cada interação, há um momento predominante [...] é sem dúvida possível deduzir geneticamente a linguagem e o pensamento conceitual a partir do trabalho, uma vez que a execução do processo de trabalho põe ao sujeito que trabalha exigências que só podem ser satisfeitas reestruturando ao mesmo tempo quanto à linguagem e ao pensamento conceitual as faculdades e possibilidades psicofísicas presentes até aquele momento, ao passo que a linguagem e o pensamento conceitual não podem ser entendidos nem em nível ontológico nem em si mesmos como condições que fazem surgir o processo de trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 85).

Segundo o referido autor, com o surgimento da linguagem e do pensamento conceitual para suprir as necessidades do trabalho, seu desenvolvimento deve ter uma incessante e indissolúvel interação; e o fato de que o trabalho continue sendo o momento

predominante não suprime o caráter permanente dessa interação, mas, ao contrário, a fortalece e a intensifica. É, portanto, consequência necessária disso que no interior de um complexo desse tipo deve existir uma influência contínua do trabalho sobre a linguagem e o pensamento conceitual, e vice-versa (LUKÁCS, 2013, p. 85).

Com o aparecimento de novas formas mais complexificadas da *práxis social*, estas vão assumindo uma supremacia cada vez mais clara em relação aos níveis inferiores, ainda que estes continuem permanentemente sendo a base da existência daquela. É neste sentido que Lukács (2013) as caracteriza como sendo posições teleológicas *secundárias*, em relação ao sentido originário do trabalho, das posições *primárias*, que têm um estatuto ontológico fundante. Por isso, a autonomia das posições teleológicas é relativa quanto a sua estrutura original. Nas palavras do autor:

Na medida, em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua – relativa – autonomia, ou seja, a fixação generalizada de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral (LUKÁCS, 2013, p. 86).

As relações existentes entre a ciência, a teoria e o trabalho podem ser colocadas como exemplo, mesmo que ambas (ciência e teoria) atinjam um nível máximo de desenvolvimento, de autoatividade e de autonomia em relação ao trabalho, elas não podem desvincular-se completamente do seu ponto de origem. Por mais complexas, elas preservam vínculos com a busca das necessidades do homem (ANTUNES, 1999). É, portanto, por meio do trabalho que surge uma relação entre a teleologia e a causalidade⁶, onde a primeira altera a configuração da segunda e vice-versa. Conforme coloca Lukács (2013), o trabalho, assim, é a forma fundamental e, por isso, mais simples e elementar, daqueles complexos cuja interação dinâmica constitui-se a peculiaridade da *práxis social*. Precisamente por essa razão “[...] é preciso sublinhar sempre de novo que os traços

⁶ Segundo Lukács (2013): “[...] por sua essência, a teleologia só pode funcionar realmente como teleologia posta. Por isso, para delimitar seu ser em termos ontológicos concretos, quando queremos caracterizar justificadamente um processo como teleológico, devemos também demonstrar, termos ontológicos e sem qualquer dúvida, o ser do sujeito que a põe. Ao contrário, a causalidade pode operar como posta ou não posta”. E acrescenta: “[...] apenas uma causalidade material e ontologicamente posta pode aparecer naquela coexistência com a teleologia [...] A coexistência ontológica entre teleologia e causalidade no comportamento laboral (prático) do homem, e só neste, tem por consequência que, no plano do ser, teoria e práxis, dada a sua essência social, devem ser momentos de um único e idêntico complexo do ser, o ser social, o que quer dizer que só podem ser compreendidas de modo adequado tomando como ponto de partida essa inter-relação” (LUKÁCS, 2013, p.89-90).

específicos do trabalho não podem ser transferidos diretamente para formas mais complexas da práxis social” (LUKÁCS, 2013, p. 93). É por isso que o trabalho

[...] realiza materialmente a relação radicalmente nova do metabolismo com a natureza, ao passo que as outras formas mais complexas da práxis social, na sua grandíssima maioria, têm como pressuposto insuperável esse metabolismo com a natureza, esse fundamento da reprodução do homem na sociedade (LUKÁCS, 2013, p. 93).

É nesta direção que as formas avançadas de *práxis social* encontram no trabalho sua base originária, pois, por mais complexas, ela se constitui em prolongamento e avanço, e não em uma esfera inteiramente autônoma e desvinculada das posições teleológicas *primárias*. Nas posições teleológicas *secundárias* a subjetividade ganha um sentido qualitativamente novo, além de sua maior complexidade:

O autodomínio do homem, que aparece pela primeira vez no trabalho como efeito necessário do dever-ser, o crescente domínio de sua compreensão sobre as suas inclinações e hábitos etc. espontaneamente biológicos são regulados e orientados pela objetividade desse processo; esta, segundo sua essência, se funda na própria existência natural do objeto, dos meios etc. do trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 104).

Ou seja, para o citado autor, se buscarmos entender corretamente o lado do *dever-ser* que, no trabalho, age sobre o homem, transformando-o, é necessário partir dessa objetividade como reguladora. E, assim, acrescenta que:

[...] o fim teleológico é o de induzir outros homens a pores teleológicos que eles mesmos deverão realizar, a subjetividade de quem põe adquire um papel qualitativamente e diferente e, ao final, o desenvolvimento das relações sociais entre os homens implica que também a autotransformação do sujeito se torne um objeto imediato de pores teleológicos, cujo caráter é um dever-ser. Naturalmente, esses pores não se diferenciam apenas por serem mais complexos, mas exatamente porque também se distinguem qualitativamente daquelas formas de dever-ser que contamos no processo de trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 105).

Em vista disso, tão importante quanto entender o papel ontológico do trabalho, é também necessário apreender também sua função na constituição do ser social, como ser provido de autonomia e, por essa razão, inteiramente diferente das formas de ser anterior.

3 O TRABALHO E SUA FUNÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO SER SOCIAL

Lukács (2013) afirma que Hegel oferece uma primeira indicação de como o ato de trabalho pode tornar-se um momento da reprodução social, pois Hegel, ao analisar o ato de trabalho, deu ênfase ao instrumento como um momento que exerce um efeito duradouro para o desenvolvimento social, uma categoria de mediação de decisiva importância através da qual o ato de trabalho individual eleva sua própria singularidade e o elege como um momento de continuidade social. Por outro lado, Lukács (2013), sublinha que Marx considera o processo econômico em sua totalidade dinâmica e desenvolvida, de modo que o homem deve aparecer tanto como o início quanto o fim, como iniciador e o resultado final de todo processo, constituindo-se a essência real desse processo.

Assim, o trabalho para Lukács (2013) tem, quer em sua gênese, quer em seu desenvolvimento, em *ir-sendo* e em *vir-a-ser*, uma finalidade ontológica dirigida para o desenvolvimento da humanização do homem em seu sentido mais amplo. Pois o surgimento de formas mais complexas da vida humana, as posições teleológicas *secundárias*, que se instituem como momento da relação entre os homens, de que são exemplos a práxis política, a religião, a ética, a filosofia, a arte etc., que são providas de maior autonomia em relação às posições teleológicas *primárias*, encontra o seu fundamento ontológico-genético a partir do âmbito do trabalho. Elas se conformam como tendo um maior distanciamento e um prolongamento complexificado (e não pura derivação) em relação ao trabalho. Não obstante, esses níveis mais avançados de sociabilidade encontram sua origem a partir do trabalho, no intercâmbio metabólico entre ser social e natureza. Esse distanciamento dá-se também no interior do próprio trabalho. Segundo o autor:

Mesmo o trabalho mais simples, [...] efetiva, através da dialética entre fim e meio, uma relação nova entre imediaticidade e mediação, pelo fato de que toda satisfação de necessidades obtida através do trabalho já é, por sua essência objetiva, uma satisfação mediada; o fato igualmente ineliminável de que todo produto do trabalho, uma vez terminado, possui para o homem que o utiliza uma nova imediaticidade – não mais natural – reforça a contraditoriedade dessa situação. (Cozinhar ou assar carne é uma mediação, mas comer a carne cozida ou assada é, nesse sentido, um fato tão imediato como o de comer a carne crua, ainda que esse último seja natural e o primeiro, social) (LUKÁCS, 2013, p.128).

Essa relação, contudo, torna-se complexa com o desenvolvimento subsequente do trabalho, que introduz séries inteiras de mediações entre os homens e os fins imediatos que são perseguidos. Nesse processo, desde a sua gênese, pode-se apresentar uma diferenciação entre finalidade mediada e imediata. Para Santos (2009), a ampliação gradativa das atividades de trabalho traz novos elementos que, todavia, não alteram a diferenciação presente no ato laborativo entre mediato e imediato, mediação e imediatividade. Tem-se, destarte, por meio do trabalho, um processo que concomitantemente altera a natureza humana e autotransforma o próprio ser que trabalha. A natureza também é transformada a partir do processo laborativo, dada a existência de uma posição teleológica e de uma realização prática.

Em conformidade com Lukács (2013), o trabalho transforma também a natureza do homem que o executa. A direção que assume esse processo de mudança está dada de forma espontânea pelo *pôr teleológico* e pela sua atuação prática. Dessa forma,

[...] a questão central da transformação interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo. Não somente o fim existe na consciência antes de realizar-se praticamente como essa estrutura dinâmica do trabalho se estende a cada movimento singular: o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e verificar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível. Esse domínio da consciência do homem sobre seu próprio corpo, que também se estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma exigência elementar do trabalho mais primitivo e deve, pois, marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo mesmo, uma relação qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea daquela que corresponde à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 129).

No novo ser que surge, como explica o citado autor, a consciência humana deixa de ser epifenômeno biológico e se estabelece num momento primordial da vida cotidiana. Sua consciência é um fato ontológico objetivo. A procura por uma vida cheia de sentido, dotada de autenticidade, encontra no trabalho seu *locus* primeiro de realização. A própria busca de uma vida cheia de sentido é socialmente empreendida pelos homens para a sua autorrealização pessoal e coletiva. Desta forma, é uma categoria legitimamente humana, que não se apresenta na natureza.

Vida, nascimento, morte estão, enquanto fenômenos da vida natural, livres de sentido [...]. Só na medida em que o homem, em sociedade,

procura um sentido para a sua própria vida e essa aspiração fracassa surge também o seu oposto, o sem sentido. Nas sociedades primitivas, esse tipo de ação aparece sob uma forma espontânea, puramente social. [...] Apenas quando a sociedade se diferencia tão amplamente que o homem plasma individualmente sua vida como significativa ou a abandona ao sem sentido surge esse problema como alto geral e, com ele, nasce um aprofundamento da consideração da “alma” (LUKÁCS, 2013, p. 133).

Complementando esta ideia, Antunes (1999) afirma:

Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo. Na busca de uma vida cheia de sentido, a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação, o tempo de liberdade, têm um significado muito especial. Se o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre, e por isso dotado de sentido será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo (ANTUNES, 1999, p.143).

As necessidades e possibilidades decorrentes do trabalho, como foi visto, dão origem às novas relações que se organizam na forma de complexos sociais - como exemplos, têm-se a linguagem, a educação, a arte, a política, a religião, as ideologias e tantos outros - que apesar de terem a base ontológica no trabalho vão além deste, pois já não se trata apenas da interação homem e natureza, mas da relação entre os homens. Nesse processo desencadeado pelo trabalho, o homem humaniza-se, constrói, a partir da intrínseca relação com suas dimensões biológica e sócio-histórica, espiritual, um processo de complexificação da equação necessidades-respostas a partir de escolhas entre alternativas concretas. Nessa perspectiva, ao produzir, o homem amplia o espectro das alternativas, possibilita um maior e mais complexo domínio da natureza, constrói progressivamente mediações que contribuem, historicamente, para o afastamento das barreiras naturais, e esse processo engendra uma complexificação das forças produtivas. Engendra, ainda, novas relações sociais de produção, novos valores, e daí a humanização.

Destarte, é possível afirmar que no processo de produção e reprodução da existência humana o trabalho é nexos causal de todas as relações humanas. Ele determina e condiciona a vida, organizando a produção dos meios e bens necessários. Esta organização envolve formas específicas de dividir o trabalho em determinada sociedade, o que dá origem às relações atinentes aos meios de trabalho e à apropriação do produto do trabalho.

A forma de organizar a divisão do trabalho, que é composta, principalmente, pelos meios de trabalho e a força de trabalho, constitui as relações de produção que compõem a estrutura econômica de uma dada sociedade.

O modo como o homem desenvolve o trabalho, isto é, o conjunto de procedimentos pelos quais ele atua, por intermédio do meio de produção sobre algum objeto para que, o transformando, resulte em um produto que pretensamente tenha uma utilidade, chama-se *processo de trabalho*. Os elementos que constituem esse processo, de acordo com Marx (2002), são: a atividade que deve ser adequada para um fim, isto é, o próprio trabalho; a matéria que se aplica no trabalho, ou seja, o objeto de trabalho; e os meios ou instrumentos de trabalho. No que se refere ao que constitui objeto de trabalho, Marx (2002), elucida que:

Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata como seu meio natural constitui objeto de trabalho fornecido pela natureza. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é filtrado por trabalho anterior, é matéria-prima. Portanto, toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de já ter sido operado uma modificação mediada por trabalho (MARX, 2002, p. 212).

Os objetos de trabalho, portanto, referem-se a tudo aquilo – matérias naturais brutas ou as já transformadas pela ação do trabalho – sobre o que incide o trabalho do homem.

Sobre os meios de trabalho, Marx (2002) afirma tratar-se de um complexo de coisas que é utilizado pelo homem como condutor de sua atividade sobre seu objeto de trabalho. Noutros termos, é tudo aquilo que o homem se utiliza para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações, etc.):

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas de acordo com o fim que tem em mira. A coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente – excetuados meios de subsistência colhidos já prontos, tais como frutas, quando seus próprios membros servem de meio de trabalho – não é o objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Desse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural [...] (MARX, 2002, p. 213).

Logo, os meios de trabalho irão servir para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicar as condições sociais em que se executa o trabalho. Para Marx (2002), os meios mecânicos que, em seu conjunto, podem ser denominados de sistema ósseo muscular da produção, exemplificam muito mais as características que marcam uma época social de produção do que os meios que apenas servem de recipientes da matéria objeto de trabalho e que, em seu conjunto, podem ser chamados de *sistema vascular da produção*. Sendo assim, os meios de trabalho são todas as coisas que permitem ao trabalho aplicar-se a seu objeto e servem para conduzir a atividade, bem como todas as condições materiais necessárias à realização do processo de trabalho. “Elas não participam diretamente do processo, mas este fica, sem elas, total ou parcialmente impossibilitado de concretizar-se” (MARX, 2002, p. 214).

Isto posto, cabe assinalar que é no processo de trabalho que a atividade realizada pelo homem irá efetuar uma transformação, subordinada a um determinado fim no objeto sobre o qual ele atua por meio do instrumental de trabalho. Este processo extingue-se ao concluir-se o produto. Segundo Marx (2002), quando um produto é gerado a partir do processo de trabalho, este gera um valor-de-uso, porque em sua produção participaram outros valores de uso, produtos anteriores ao processo de trabalho. Deste modo, o valor de uso que é produto de um trabalho “[...] torna-se, assim, meio de produção de outro. Os produtos destinados a servir de meio de produção não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho” (MARX, 2002, p. 215).

No que se refere à matéria-prima, Marx (2002) afirma que esta pode ser a substância principal de um produto ou contribuir para a sua produção como material acessório:

O meio de trabalho consome o material acessório: assim, a máquina a vapor, o carvão; a roda, o óleo; o cavalo de tração, o feno. Ou o material acessório é adicionado à matéria-prima, para modificá-la materialmente: o cloro ao pano cru, o carvão ao ferro, a anilina à lã; ou facilita a execução do próprio trabalho: A diferença entre substância principal e acessória desaparece na fabricação em que se processe uma transformação química, pois nesse caso nenhuma das matérias-primas empregadas reaparece como a substância do produto (MARX, 2002, p. 215-216).

Conseqüentemente, o autor elucida que o valor de uso de um produto pode significar diferentes posições no processo de trabalho, pois um mesmo produto pode constituir matéria-prima de processos de trabalho muito diversos, já que cada coisa tem

muitas propriedades, servindo a diferentes aplicações úteis - o centeio, por exemplo, é matéria-prima do fabricante de amido, do criador de gado etc. Como semente, é matéria-prima de sua própria produção -; bem como, o mesmo produto, no processo de trabalho, pode servir de meio de trabalho e de matéria-prima – na engorda do gado, por exemplo, o boi é matéria-prima a ser elaborada e, ao mesmo tempo, instrumento de produção de adubo -; assim como um produto que existe em forma final para consumo pode tornar-se matéria-prima – a uva, por exemplo, serve de matéria-prima para o vinho. Ou o trabalho dá ao produto formas que só permitem sua utilização como matéria-prima.

Nesse caso, chama-se a matéria-prima de semiproduto, ou melhor, de produto intermediário, como algodão, fios, linhas etc. Embora já seja um produto, a matéria-prima original tem de percorrer toda uma série de diferentes processos, funcionando em cada um deles com nova forma, como matéria-prima, até atingir o último processo, que faz dela produto acabado, pronto para consumo ou para ser utilizado como meio de trabalho (MARX, 2002, p. 216).

Contudo, como se pode perceber, um valor-de-uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor-de-uso.

O conjunto desses elementos do processo de trabalho, portanto, designa forças produtivas⁷, pois se a produção depende da existência dos meios de produção – meios e objetos de trabalho – é a intervenção da força de trabalho que a torna viável. A capacidade que os homens têm de operar os meios de produção, ou melhor, a utilização de sua força de trabalho, é a mais valiosa das forças produtivas. São os homens que, com o acúmulo de gerações, aperfeiçoam e inventam novos instrumentos de trabalho, descobrem outros e adquirem novas habilidades e conhecimentos.

Considerações finais

A partir das reflexões desenvolvidas no presente trabalho, entender como se originaram e foram se constituindo as relações entre a natureza e o gênero humano

⁷ Para Netto; Braz (2009), as forças produtivas se inserem em relações de produção, tanto de caráter técnico, quanto de caráter social. As relações de caráter técnico irão depender das características técnicas do processo de trabalho – grau de especialização do trabalho, tecnologias empregadas, etc. – e se referem ao controle ou domínio que os produtores diretos (os trabalhadores) têm sobre os meios de trabalho e sobre o processo de trabalho em que se está envolvido.

enquanto ser social, foi de essencial importância para a apropriação do contexto sobre o qual as bases dos saltos ontológicos foram possíveis (LUKÁCS, 2013).

Como foi possível constatar o legado marxiano nos ensina que o trabalho se procederá sempre como condição eterna do homem de transformar a natureza para atender as suas necessidades. Ao agir sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica sua própria natureza. Ou seja, é no e a partir do trabalho, a medida que passa a produzir vida material, o homem salta da natureza e supera seus limites naturais, produzindo a si humanamente. É nesse sentido, que o processo de trabalho em seus elementos simples e abstratos, trata-se de um atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal da relação entre o homem e a natureza (MARX, 2002).

Convém advertir que o objetivo do presente trabalho não foi esgotar a reflexão sobre a categoria ontológica do trabalho, mas suscitar novas reflexões futuras.

Por fim, é possível, portanto, afirmar que em qualquer sociedade o trabalho estará sempre presente, porém, o que vai alterar não é a base ontológica do trabalho, mas a forma que se configura em cada sociedade ao longo da história.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

LARA, R. Da atividade humana sensível à ciência real unificada. SOUZA, J. e ARAÚJO, R. (org.). **Trabalho, educação e sociabilidade**. Maringá: Práxis: Massoni, 2010.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas da Atividade e do Pensamento do Homem. **Revista Temas**, São Paulo: Ciências Humanas, nº 4, 1978.

_____. **Para uma ontologia do ser social 2**, São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**, Livro I, 19ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução [de] José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NETTO, J. P; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo; Cortez, 2009.

SANTOS, R. E. dos. Notas sobre a importância do trabalho na ontologia de Georg Lukács. **Revista Estudos Filosóficos** n° 2, (versão eletrônica), DFIME – UFSJ - São João Del-Rei-MG, 2009.